

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

POVO APIAKÁ, KAYABI E MUNDURUKU E O ENVOLVIMENTO COM O PROJETO AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA

Apiaká, Kayabi and Munduruku People and Involvement with the Indigenous Knowledge Action Project in School

El Pueblo Apiaká, Kayabi y Munduruku y la Participación en el Proyecto Acción Conocimiento Indígena en la Escuela

Ivanete Crixí

Bolsista do Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola/Professora da Escola Indígena de Educação Básica Leonardo Krixí Apiaká. Juara-MT
E-mail: ivanetecrixí@hotmail.com

Jones de Adenilson Manhuari Crixí

Mestrando do Programa de Pós Graduação Stricto sensu Mestrado Profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural - PPGE CII /UNEMAT – Campus: Barra do Bugre-MT. Bolsista do Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola/Professor da Escola Indígena Crixí Barompô. Juara-MT.
E-mail: jonesmanhuari2@gmail.com

Alceu Zoia

Professor do PPGEdu/UNEMAT
Coordenador do Projeto Ação Saberes indígenas na Escola
E-mail: zoia@unemat.br

Como citar este artigo:

CRIXI, Ivanete; CRIXI Jones de Adenilson Manhuari & ZOIA, Alceu. Povo Apiaká, Kayabi e Munduruku e o Envolvimento com o Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola. In **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Maio/Set., Vol. 1, n. 8, pgs. 82-92, 2021. ISSN 2525-670X.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume 1, número 8 (2021)
ISSN 2525-670X

POVO APIAKÁ, KAYABI E MUNDURUKU E O ENVOLVIMENTO COM O PROJETO AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA

Apiaká, Kayabi and Munduruku People and Involvement with the Indigenous Knowledge Action Project in School

El Pueblo Apiaká, Kayabi y Munduruku y la Participación en el Proyecto Acción Conocimiento Indígena en la Escuela

Resumo

Neste artigo, apresentamos as contribuições do Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola, desenvolvido com os povos Apiaká, Kayabi e Munduruku da Terra Indígena Apiaká/kayabi no Município de Juara-MT. O início do projeto ocorreu em 2017 e continuamos fazendo parte do mesmo, temos tido resultados positivos com a formação de professores, estudos, pesquisas, produção de materiais didáticos pedagógicos viando a política linguística e o ensino bilingue, que estão atendendo os anseios das escolas e comunidades.

Palavra Chave: Língua materna; Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola; Educação Escolar Indígena.

Abstract

In this article, we present the contributions of the Projeto Ação Saberes Indigenas na Escola, developed with the Apiaká, Kayabi and Munduruku peoples of the Apiaká / kayabi Indigenous Land in the Municipality of Juara-MT. The project started in 2017 and we continue to be part of it, we have had positive results with the training of teachers, studies, research, production of pedagogical teaching materials through linguistic policy and bilingual teaching, which are meeting the desires of schools and communities.

Keyword: Mother tongue; Indigenous Knowledge at School Action Project; Indigenous School Education.

Resumen

En este artículo presentamos las contribuciones del Proyecto Ação Saberes Indigenas na Escola, desarrollado con los pueblos Apiaká, Kayabi y Munduruku de la Tierra Indígena Apiaká / kayabi en el Municipio de Juara-MT. El proyecto inició en 2017 y seguimos siendo parte de él, hemos tenido resultados positivos con la formación de docentes, estudios, investigación, producción de materiales didáticos pedagógicos a través de la política lingüística y la enseñanza bilingüe, que están cumpliendo los deseos de las escuelas y comunidades.

Palabra clave: lengua materna; Proyecto de acción sobre conocimientos indígenas en la escuela; Educación escolar indígena

Introdução

A partir da década de 1990 que as políticas públicas tem buscado trazer de forma mais incisiva destacando a educação escolar indígena com propostas pedagógicas para o fortalecimento e revitalização da língua materna indígena, incluindo o ensino bilingue.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estipula que a união deve desenvolver programas de ensino e pesquisa para oferecer educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas, com o objetivo de proporcionar aos indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e de seus conhecimentos tradicionais.

O Projeto da Rede UFMT compõe a rede de universidades brasileiras que contou com o financiamento do Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC), no período de 2016-2019, para o desenvolvimento da política nacional voltada a atender o direito dos povos indígenas no Brasil à escola. (FERREIRA, ZOIA e BRANDO, 2020, p.01).

Desde 2017 tivemos a oportunidade de sermos participantes do Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola no Polo/Juara-Sinop que traz como objetivo promover estudos e/ou formação continuada de professores indígenas do ensino fundamental (anos iniciais) da educação básica sobre o letramento e numeramento na perspectiva Intercultural e multilíngue, bem como a produção colaborativa de materiais didáticos nas escolas indígenas. O objetivo é atender diretamente os professores/as dos anos iniciais, mas na Terra Indígena Apiaká Kayabi, todos os professores/as das escolas indígenas participam, mesmo os que não eram bolsistas.

Assim, as formações abrangem estudos e pesquisas sobre as formas de aprendizagem e também produções de materiais didáticos pedagógicos. A permanência de fazer parte deste projeto durante todo esse tempo, tem sido a vontade dos professores/as, gestores, estudantes, pais e comunidade, pois avaliamos que o mesmo tem contribuído com as ações pedagógicas das nossas escolas e também por termos uma consciência política que é pautada no interesse coletivo. Compreendemos que a educação escolar e projetos que auxiliem na

melhoria da aprendizagem e envolvimento dos alunos/as é importante, também entendemos que os professores/as são responsáveis pela melhoria de algumas coisas na comunidade, portanto, somos atores políticos significativos para o desenvolvimento de ações que envolvam o nosso povo.

Nesse sentido, o projeto Ação Saberes Indígenas na Escola, tem sido instrumento pedagógico para diferentes ações almejadas pelas comunidades, seja em relação à língua, ao ensino ou qualquer outro direito coletivo.

A língua traz consigo as marcas da cultura ancestral, ela desenha na oralidade os sentidos que só podem ser transmitidos pela própria língua, porque é a significação do dizer de si mesmo e da própria cultura. É cultura em sonorização empoderada de significados e de significantes. Na escola, é ferramenta pedagógica revestida, conscientemente, da etno-política. (FERREIRA, CRUZ e ZITKOSKI, 2019, p.39).

Talvez, a maior contribuição do Ação Saberes Indígenas na Escola seja o fortalecimento a língua materna pelo letramento e, também a organização de materiais didáticos que auxiliem nessas aprendizagens.

2. Saberes Indígenas na escola

Um dos nossos patrimônios imaterial e cultural é a nossa língua originária, sabe-se que quando os europeus chegaram neste país existia muitos povos indígenas e variedade de línguas nativas, o contato com os europeus levaram o desaparecimento de etnias e línguas nativas.

Atualmente quantas línguas nativas existem no Brasil? Vários povos são bilingues, falam a língua originária e a portuguesa, mesmo sendo da mesma etnia existem variações regionais. Estima-se que no Brasil existem 274 línguas indígenas. Na prática muitas destas línguas estão em processo de fortalecimento e de revitalização.

Esse fortalecimento e revitalização ocorre porque os povos indígenas em sua maioria não vivem isolados, estão em contato com não indígenas, temos meios tecnológicos de comunicação em nossas aldeias como o rádio, televisão, celulares e

fazemos contatos com outros povos indígenas usando a língua portuguesa como meio de comunicação.

A nossa atenção para o fortalecimento e revitalização linguística originária é uma das lutas que enfrentamos porque existem as razões para as línguas nativas deixarem de existirem, além do contato com outras culturas, há também o desafio da desagregação de comunidades.

Quando falamos de lutarmos para manter nossos costumes e tradições, geralmente esta luta está ligada à narrativa oral da nossa língua originária, pois esta perde o fio condutor conforme os falantes com mais idade distanciam-se do convívio na comunidade, quando famílias vão morar na cidade ou vão morar em comunidades de outros povos indígenas.

Somos da etnia Apiaká e Munduruku, povos falantes da língua originária do tronco tupi, moramos no mesmo território indígena, na Terra Indígena Apiaká/Kayabi no município de Juara-MT. O povo Munduruku em sua comunidade existem falantes e pessoas que dominam a escrita da língua originária, enquanto o povo Apiaká traz em seu histórico de contato com não indígenas as marcas da perda linguística e que agora passa por um processo de revitalização da língua originária em sua comunidade.

Em 2017 recebemos o convite, juntamente com o povo Kayabi para participarmos do projeto Ação Saberes Indígenas na Escola, coordenado entre a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade do Estado de Mato Grosso. Aceitamos participar do projeto por entendermos que por meio desta parceria da educação escolarizada proposta para a preservação cultural e a identidade dos povos indígenas trabalhando com a língua originária, tendo a oportunidade de formação continuada para professores e produção de materiais didáticos pedagógicos.

Professores e comunidades destes três povos têm compreendido que a preservação e revitalização da língua evidentemente precisa do trabalho da escola, é através da escola que as crianças são alfabetizadas e ensinadas a valorizar a cultura de seu povo.

O papel das escolas indígenas para a preservação da cultura é fundamental, o fortalecimento dessas instituições faz que novas gerações continuem a ter acesso a língua nativa de seu povo e aprendam os elementos ligados à sua identidade.

A LDB nº 9394/96 menciona de forma explícita a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos, um deles no ensino fundamental no artigo 32 onde estabelece que o ensino será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas a utilização de sua língua materna e processos próprios de aprendizagem; a outra menção está no artigo 78 e 79 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição de 1988 onde se preconiza como dever do Estado oferecimento de uma educação escolar indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas, dando-lhe também acesso aos conhecimentos técnico científicos da sociedade.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrado e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir os índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índios. (BRASIL, 1996).

No art. 79, a LDBEN dispõe sobre o desenvolvimento dos programas educacionais indígenas:

A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional da Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter os programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (BRASIL, 1996).

O projeto Saberes Indígenas na escola trabalha a questão bilingue, iniciamos em 2017, tivemos o primeiro encontro com os professores dos três povos na comunidade Mayrob do povo Apiaká. Foram três dias de formação e preparação para fazermos o primeiro material didático pedagógico. A partir de 2017 foram vários encontros de formação e eles ocorreram em Juara nas aldeias, em Cuiabá junto a UFMT, e na UNEMAT no campus de Juara. Entre essas formações podemos citar a participação e reflexão inclusive, nos Seminários de Educação do Vale do Arinos.

Sabemos que a formação de professores e gestores indígenas, das escolas localizadas em terras indígenas é hoje um dos principais desafios e prioridades para a consolidação de uma educação escolar indígena pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade. Nesse sentido, podemos dizer que o projeto também de alguma forma oportuniza um fortalecimento, já que os professores/as que participam dividem outros espaços de formação, como por exemplo, serem acadêmicos ou terem sido acadêmicos/as dos cursos de Pedagogia Intercultural e demais cursos de Licenciatura Indígena Intercultural, bem como, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Intercultural Indígena (PPGecii).

Assim, essa rede, esses encontros e o projeto Ação Saberes Indígenas na Escola, tem como base efetivar uma educação que sirva como instrumento de afirmação étnica promovendo projetos voltados para a sustentabilidade da comunidade na aldeia pela formação dos professores indígenas.

O caminho de discussão do projeto nas comunidades indígenas contou com propostas da produção de materiais pedagógicos. Esta proposta foi levada pelos professores/as para as comunidades, mostrou-se o objetivo e as finalidades, também foi discutido coletivamente para que pudéssemos continuar o projeto fazendo a produção de livros como fizemos no início do projeto ou mudar o tipo de produção de materiais pedagógicos. As comunidades dialogaram e concordaram que seria importante fazer a produção dos livros didáticos, com o uso da língua materna.

Para a elaboração do material, precisamos envolver professores/as e estudantes na pesquisa da própria língua nativa com pessoas da comunidade. Foi um movimento intenso, tanto na aldeia Nova Munduruku, como na aldeia Mayrob, e

as pessoas da comunidade participaram em toda a produção. Assim, foram produzidos os livros na língua originária e portuguesa. Atualmente, esses livros estão nas escolas das aldeias e estão sendo muito usados em nossas aulas.

Para ensinar é necessário ter conhecimento acerca do assunto abordado. De tal forma, julgamos necessário que os professores/as não apenas de escolas indígenas, mas sim no geral tenham conhecimento a fundo sobre os povos indígenas, uma vez que o que os livros didáticos nos trazem a respeito dos povos indígenas é muito pouco, a história de luta, preconceito, determinação e conquistas somos nós quem tem que transmitir para os alunos/as, não podemos deixar de como professores/as assumir essa responsabilidade. (NASCIMENTO & ZOIA, 2018).

Defendemos a perspectiva de que as escolas, sejam elas indígenas ou não, se envolvam com temáticas relacionadas aos povos originários como uma forma de valorização da cultura e desmistificação de preconceitos. Desta forma é importante que em cidades como em Juara-MT, que possui parte de seu território indígena, as escolas não indígenas tenham mais conhecimentos sobre os povos originários da sua região.

É preciso reconhecer os povos indígenas e também a organização das escolas indígenas, pois, a educação escolar indígena é uma categoria como, por exemplo, a escola do campo, quilombola ou ribeirinha (ZOIA, 2009). E trata das especificidades da cultura indígena, temos um currículo que, além de ensinar os conhecimentos universais da sociedade nacional, trabalha os saberes da nossa região, da nossa comunidade, da nossa língua nativa. Podemos dizer que o nosso currículo tem o objetivo de fazer uma educação intercultural e assim, também o projeto Ação Saberes Indígenas na Escola.

Foram vários momentos importantes do projeto, principalmente, aqueles vivenciados junto as nossas comunidades, com os anciãos e com os estudantes, mas não podemos também deixar de relatar outros momentos significativos, como a parte formação dos professores. Assim, o momento significativo do projeto dos Saberes Indígenas na Escola, da formação foi realizada com estudos, leituras e oficinas para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos voltados para a

Língua originária e língua portuguesa para os anos iniciais da Educação Básica das Escolas Indígenas da Terra Indígena Apiaká/Kayabi.

Os encontros aconteciam, cada vez em uma das aldeias, um desses encontros aconteceu na aldeia Nova Munduruku durante três dias, o trabalho iniciou no dia 21 de setembro de 2018 às 8:00 horas no salão da comunidade, na Aldeia Nova Munduruku, com a mesa de abertura composta pelo cacique, o Senhor Joaquim Crixí, coordenadores do projeto Jones de Adenilson Manhuari Crixí, Ivanete Crixí, Dineva Maria Kayabi e a Professora da UNEMAT Ronélia do Nascimento.

Trabalhamos com leitura e debates de textos sobre materiais didáticos e pesquisa, bem como dos referenciais para formação de professores indígenas. Foi possível dialogar através da leitura textual sobre os materiais pedagógicos como possibilidades de ensino e aprendizagem. Após as discussões do texto, foi apresentado materiais pedagógicos para estimular a criatividade dos participantes, orientando as possibilidades de jogos a serem elaborados envolvendo a língua originária, a língua portuguesa e a matemática. Recebemos caixas de materiais para confecção dos jogos, quebra cabeça, trilha e outros.

Fazer parte deste projeto tem sido significativo para nossas escolas, temos a finalidade de envolver os estudantes e a comunidade com algum aspecto da cultura como trabalhar a língua originária, a transformação da escola em um espaço de expressão, saúde mental, espiritual e planetária, exaltando cheiros, sabores e conexões com a natureza.

Em muitos momentos buscamos trabalhar nosso idioma em três ambientes, na arte, na natureza e no espírito humano, a escola segue o currículo tendo inglês, português, mas a nossa língua será a principal, é a identidade do aluno, é onde a gente passa a dar o conhecimento daquilo que a gente guardou dos saberes ancestrais, sem tirar a importância das ciências nos processos de aprendizagem.

Todas as línguas, inclusive as indígenas, são completas, ricas e complexas, possuem um vocabulário vasto e rico fonética, fonológica, morfológica e sintaticamente. Portanto, não procede a afirmação de que a língua indígena é inferior à língua portuguesa ou a qualquer outra. Uma das responsabilidades do

professor de línguas é não só conhecer a existência destas línguas, mas também combater o preconceito linguístico.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998), a inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira, ou seja, as línguas indígenas são tratadas pelos seus como gíria por não serem utilizadas diariamente e não conseguirem atender a todas as suas necessidades, o que os faz recorrer a língua portuguesa constantemente.

O propósito do RCNEI seria o de, pelo menos no cenário escolar, fazer da língua indígena uma língua privilegiada, que o professor utilizaria para ensinar disciplinas, corrigir exercícios, conversar com os alunos, dando à língua em questão uma função social, para que os indígenas pudessem perceber que sua língua é tão importante quanto à língua portuguesa que é a dominante no Brasil.

A escolarização pode ser um meio de preservação ou de repressão linguística, tudo depende do grau de comprometimento, e preparação dos alfabetizadores que trabalhem com ela. Se bem utilizada na sala de aula a língua indígena poderá sofrer um processo de revitalização formando possíveis novos falantes a cada aula, porém a mesma sala de aula poderá a ser um objeto de opressão da língua se professores e alunos juntos não dialogarem ou esquecerem a língua indígena dando oportunidade apenas a língua portuguesa.

Considerações Finais

O ensino linguístico bilingue é um desafio nas escolas indígenas, existe o trabalho incansável dos professores/as indígenas para o fortalecimento e revitalização da língua materna por entendermos ser um patrimônio cultural.

Os povos Apiaká, Kayabi e Munduruku da Terra Indígena Apiaká/Kayabi desde 2017 contam com atividades realizados pelo projeto Ação Saberes Indígenas na Escola, onde tem acontecido estudos e pesquisas para termos embasamento teórico linguístico, produção de materiais didáticos pedagógicos e oficinas para

professores e temos a avaliação das comunidades e estudantes como contribuinte para as ações do projeto.

Consideramos que os professores devem estar em constante processo de pesquisa e, por fim, sabemos que enfrentamos grandes desafios no ensino e aprendizagem bilingue e o nosso compromisso com nos estudantes e com o nosso povo é contínuo para o fortalecimento e revitalização da nossa cultura e da nossa língua materna.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 01 outubro de 2020.

BRASIL, **Referenciais para formação de professores indígenas**. Brasília, 2002

BRASIL. **Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena**. Cadernos de educação básica, série institucional, vol. 2. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: SEF/MEC, 1998.

FERREIRA, W. A. A., ZOIA, A., & GRANDO, B. S. (2020). **Aprendizagens dos saberes indígenas na escola: Desafios para a formação de professores/as indígenas**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 28(165). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4790>.

NASCIMENTO, R. do; ZOIA, A. **A relação das crianças Munduruku e a escola**. In: Moreira, Jairo Barbosa. *Lendo os Brasis: estudos sobre as práticas de leitura*, Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

ZOIA, A. **A comunidade indígena Terena do Norte de Mato Grosso: infância, identidade e educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2009.

Recebido: 07/10/2020

Aprovado: 30/03/2021

Publicado: 01/05/2021